



GT 005. Agências materiais e espirituais no cotidiano: experiências e narrativas de coexistência

Martina Ahlert (Universidade Federal do Maranhão) - Coordenador/a, João Frederico Rickli (UFPR) - Coordenador/a

Diversas pesquisas em antropologia têm se interessado pelos modos como as pessoas mobilizam agências materiais e espirituais em situações de lutas, disputas e construções identitárias. Entidades como encantados, espíritos, fantasmas, demônios, o próprio Espírito Santo, entre outras; e objetos "animados" como imagens, amuletos, fotografias e a Bíblia, por exemplo, podem participar do dia a dia das pessoas em diferentes contextos. Essas agências não estão limitadas a planos extraordinários, circunscritos aos domínios do explicitamente religioso. Antes, elas permeiam escolhas, decisões e atitudes cotidianas em relação aos mais diversos temas, e seus efeitos se materializam de formas variadas na experiência. Essas situações e ações apontam em direção à não exclusividade humana nos modos de viver, de dar forma e sentido à existência. Este Grupo de Trabalho pretende reunir etnografias e pesquisas de caráter etnográfico em arquivos que abordem essas experiências e a produção de narrativas a elas vinculadas. De um ponto de vista teórico, interessam-nos três pontos, sobretudo: em primeiro lugar, a análise das disputas e controvérsias em torno da legitimidade e autenticidade dessas narrativas e experiências. Em segundo, a questão da coexistência e coabitação no mundo, que questiona leituras lineares sobre o tempo e a história. Finalmente, a análise de situações em que as fronteiras e limites daquilo que se caracteriza como religioso são desafiados pelos próprios dados etnográficos.

Os sentidos de destruição e o que dizem os espíritos: notas para pensar o conceito de genocídio

Autoria: Luísa Pontes Molina

Durante a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no estado de Mato Grosso, foi dinamitada a cachoeira Karobixexe, um lugar considerado sagrado para o povo Munduruku, por ser o destino das almas dos mortos e a morada da mãe dos peixes. Com isso, os espíritos ficaram sem rumo, e os indígenas, por seu lado, têm sofrido não só com os efeitos da destruição do lugar, mas com os riscos do que ainda acontecer. Foram retiradas, antes da explosão, 12 urnas que segundo Munduruku são elas mesmas espíritos ancestrais, como também meio de comunicação entre espíritos e pajés. Levadas à cidade de Alta Floresta pela empresa responsável pela usina, as urnas estão no centro de um conflito delicado entre diferentes órgãos do governo federal, empresas privadas, indígenas e espíritos que, infelizes por estarem na cidade, e em decorrência de todos esses eventos, têm exigido que se realizem determinados rituais e que tanto os Munduruku como os não-índios peçam desculpas. A presente comunicação apresenta esse caso a partir dos documentos tornados públicos pelos Munduruku, para então pensar no que os "impactos" sobre os espíritos e sobre lugares considerados sagrados dizem sobre a destruição promovida na construção de barragens. Com isso, pretende-se chamar a atenção para possíveis formas de tratar das experiências de destruição vivenciadas pelos coletivos indígenas, considerando que os espíritos participam da constituição mesma das socialidades indígenas, e que a relação com a terra é condição de autodeterminação ontológica e política desses povos. O objetivo último desta comunicação é testar formas de abrir o conceito de genocídio, para que ele abrigue experiências como essas, uma vez que a noção de etnocídio, como argumentamos alhures, não é suficiente para dialogar com o sentido que os indígenas parecem expressar ao frisarem a conexão íntima entre terra e vida. Para isso, mobilizaremos ainda etnografias de ataques de espíritos que resultam em mortes por enforcamento, uma vez que os ditos suicídios guardam conexões com o tema do genocídio indígena em



diferentes registros.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

